

O negacionismo como estratégia governamental e a universidade pública brasileira

Denial as a Government Strategy and the Brazilian Public University

Angelo Brigato Esther

e-mail: angelo.esther@ufjf.br

Universidade Federal de Juiz de Fora. Brasil

Resumo: O objetivo desse artigo é analisar como a universidade pública vem sendo concebida e tratada pelo governo federal a partir do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, sobretudo por meio de uma narrativa que a deprecia em termos de seu papel e de sua atuação, atribuindo-lhe determinado sentido ou significado. A universidade brasileira vive um momento difícil de sua história, na medida em que vem sofrendo cortes orçamentários constantes, comprometendo sua condição operacional, situação agravada pela pandemia do novo coronavírus. No Brasil, assumimos que o negacionismo observado constitui uma estratégia deliberada com o objetivo de enfraquecer e desqualificar o pensamento crítico e reflexivo que coloca em xeque o avanço dos interesses do capital financeiro global. Atende a um projeto mais amplo, uma forma de existência social, econômica e cultural de cariz neoliberal imbricada numa geopolítica do conhecimento que favorece determinados interesses de certos grupos e nações. Tal projeto implica, portanto, a defesa de uma visão de mundo que deve ser estabelecida como a visão correta do modo de existência. Constitui a defesa do pensamento único. Ainda que na prática sua autonomia seja mais ilusória do que real, é fato que, quando a universidade faz uso dessa liberdade, quando ela «incomoda», é que ela sofre os ataques de determinados grupos, especialmente daqueles que estão em posição de decisão estratégica, como os governos, e percebem na crítica uma ameaça a determinados interesses.

Palavras-chave: universidade; negacionismo; educação superior.

Abstract: The objective of this article is to analyze how the public university has been conceived and treated by the federal government from the impeachment of President Dilma Rousseff, especially through a narrative that depreciates it in terms of its role and performance, attributing to it a certain sense or meaning. The Brazilian university is going through a difficult moment in its history, as it has been suffering constant budget cuts, compromising its operational condition, a situation aggravated by the pandemic of the new coronavirus. In Brazil, we assume that the denialism observed constitutes a deliberate strategy with the objective of weakening and disqualifying the critical and reflective thinking that puts in check the advancement of the interests of global financial capital. It serves a broader project, a form of social, economic and cultural existence of a neoliberal nature imbricated in a geopolitics of knowledge that favors certain interests of certain groups and nations. Such a project therefore implies the defense of a worldview that must be established as the correct view of the mode of existence. It is the defense of single thought. Although in practice its autonomy is more illusory than real, it is a fact that, when the university makes use of this freedom, when it «bothers», it is that it suffers the attacks of certain groups, especially those who are in a position of strategic decision, like governments, and perceive criticism as a threat to certain interests.

Keywords: university; denial; higher education.

Recibido / Received: 04/05/2022

Aceptado / Accepted: 07/12/2022

1. Introdução

A universidade brasileira vive um momento difícil de sua história, na medida em que vem sofrendo cortes orçamentários constantes, comprometendo sua condição operacional, situação agravada pela pandemia do novo coronavírus, o que a obrigou a adotar o sistema remoto de ensino e pesquisa, ainda que em caráter emergencial, em função dos protocolos de biossegurança que exigem, dentre outras ações, o isolamento social e a não aglomeração de pessoas. Ao mesmo tempo, são as universidades e outros órgãos públicos que se dedicaram a investigar formas de combate e enfrentamento da pandemia, além de buscarem o desenvolvimento de vacinas que possam conter a pandemia e mitigar seus efeitos sobre a saúde das pessoas.

A ideia de universidade na contemporaneidade implica a existência da instituição como o lócus da geração do conhecimento técnico e científico, associado ao desenvolvimento da ciência e tecnologia e do bem estar social, o que, em última instância, implica a busca do desenvolvimento da sociedade em suas diversas e contraditórias facetas. Mesmo com todo o avanço científico, a ciência ainda é alvo de grande desconfiança e descrédito. Apenas para se ter uma ideia da dimensão dessa questão, a pesquisa «*Wellcome Global Monitor 2018*», realizada em 144 países e envolvendo 140 mil pessoas, identificou que 18% das pessoas, em todo o mundo, afirmam ter «muita confiança» na produção científica. No Brasil, a pesquisa aponta que 35% dos brasileiros desconfiam da ciência e 25% que não contribui para o país. Num país em que o lema governamental, atualmente, é «Brasil acima de todos, Deus acima de tudo», a pesquisa mostra que cerca da metade da população

afirma que «a ciência discorda da minha religião» e que, dentre esses, 75% dizem que «quando ciência e religião discordam, escolho a religião»¹.

Tal descrença ilustra o crescimento de um movimento negacionista em todo o mundo, incluindo o Brasil. A crença na Terra plana (ou *flat Earth*), tal como negar a existência e as implicações da contaminação pelo coronavírus bem como a postura anti-vacina, são exemplos evidentes, apenas para citar alguns. No Brasil o negacionismo vem se manifestando de diferentes maneiras, tanto no caso do referido vírus, como também no campo político e econômico, na medida em que indivíduos se recusam a aceitar evidências e fatos, em favor de suas concepções, visões de mundo, opiniões não fundamentadas, crenças religiosas, por exemplo. No campo da educação, a crença de que a universidade é um ambiente onde se difundem apenas ideologias subversivas que minam os valores familiares e sociais, tais como a ideologia de gênero ou o marxismo cultural, como se verá adiante, é outro exemplo significativo e muito problemático.

No nosso modo de ver, o negacionismo observado constitui uma estratégia deliberada com o objetivo de enfraquecer e desqualificar o pensamento crítico e reflexivo que coloca em xeque o avanço dos interesses do capital financeiro global. Atende a um projeto mais amplo, uma forma de existência social, econômica e cultural de cariz neoliberal imbricada numa geopolítica do conhecimento que favorece determinados interesses de certos grupos e nações. Tal projeto implica, portanto, a defesa de uma visão de mundo que deve ser estabelecida como a visão correta do modo de existência. Constitui, portanto, a defesa do pensamento único.

Ao pensamento único é necessário contrapor o pensamento crítico e reflexivo. Porém, se para os críticos, o pensamento único é algo que deve ser combatido, para aqueles que o defendem, o pensamento crítico é uma séria ameaça a seus interesses. Daí a uma postura e ações autoritárias a distância é muito curta. A política de cariz fascista flerta com o autoritarismo, com o conservadorismo e com o fundamentalismo. Flerta, portanto, com o capitalismo². A ideologia se faz presente e, para sua implementação, estruturas são construídas e mobilizadas. No entanto, esse movimento não surge do nada, por assim dizer. Ao contrário, podemos considerar como um desdobramento de um processo histórico. Segundo Mascaro (2015), a crise de 2008 foi a primeira das grandes quebras do capitalismo que não permitiu que florescesse o pensamento crítico em seu seio, dada a magnitude da crise em termos de seu impacto e dimensão, ainda que o Brasil tenha tentado uma indução estatal da economia pelo governo Lula, mas que não alcançou eco.

Analisar tais questões, tendo a universidade como foco, é um desafio de grande complexidade. Ao mesmo tempo, conforme aponta Derrida (1999, p. 123), «como se sabe, é mais do que nunca impossível dissociar o trabalho que realizamos, em uma ou várias áreas, de uma reflexão sobre as condições político-institucionais desse trabalho. Essa reflexão é inevitável; ela não é mais um complemento *exterior* do ensino e da pesquisa, mas deve atravessar e até afetar seus próprios objetos, suas normas, seus procedimentos, seus objetivos. Não se pode deixar de falar disso».

¹ O globo. Sociedade. Um terço dos brasileiros desconfiam da ciência. Recuperado de: <https://oglobo.globo.com/sociedade/um-terco-dos-brasileiros-desconfia-da-ciencia-23754327>.

² Cf. Almeida & Toniol (2018).

Esse é nosso desafio, refletir sobre a universidade brasileira, a partir de dentro da universidade, buscando compreender sua ação e sua condição.

Assim, o objetivo desse artigo é analisar como a universidade pública vem sendo concebida e tratada pelo governo federal a partir do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, sobretudo por meio de uma narrativa que a deprecia em termos de seu papel e de sua atuação, atribuindo-lhe determinado sentido ou significado. No entanto, sustentamos que tal narrativa, ancorada numa concepção negacionista e reforçada por um discurso conservador, consiste numa estratégia deliberada por parte do próprio governo federal para justificar e legitimar suas decisões e políticas macroeconômicas, bem como transformar a universidade em uma espécie de formadora de empreendedores aptos para atuarem no mercado de cariz neoliberal, tal como constante de seu «plano de governo», demonstrado adiante. Ao final, é analisado o sentido da universidade, tendo em vista a questão econômica como elemento estruturador de tal narrativa e sentido, em que o discurso e a postura negacionistas exercem papel considerável no contexto neoliberal.

Para tanto, procuramos desenvolver uma reflexão crítica, de caráter ensaístico, tomando como referências autores e autoras cujos argumentos oferecem uma sustentação substancial à tese que ora discutimos, bem como buscamos evidenciar fatos e situações empíricas concretas, a partir de ampla publicação nas mídias convencionais e independentes reconhecidas, cujas fontes são citadas ao longo do texto.

2. «Democracia em vertigem» e a educação superior com o governo de Michel Temer

A despeito do governo de Luís Inácio Lula da Silva ter dado continuidade às políticas econômicas neoliberais de seu antecessor, promovendo crescimento econômico capitalista e um processo de relativa inclusão social, em especial pelo consumo de massa (Mascaro, 2015; Safatle, 2018), do ponto de vista educacional, foi proporcionada uma ampla expansão da educação superior no País, sobretudo a pública, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de 2007. Diversas universidades foram criadas, novos cursos foram implementados e, para muitas famílias, representou a oportunidade de seus primeiros membros adentrarem a universidade, principalmente por meio de ações afirmativas, quando a Lei 12.711 foi sancionada pela Presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2012. No entanto, a lógica ou a orientação quanto ao papel da educação superior e da universidade foram mantidas. Aliás, seu papel como agente de desenvolvimento econômico foi reforçado inclusive no âmbito da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), entidade que congrega os gestores das universidades públicas (Torgal y Ésther, 2014).

É importante que se leve em conta que as políticas nacionais não são elaboradas no vácuo, elas se situam no tempo e no espaço. Nesse sentido, naquele momento histórico, na esfera mundial, a despeito de historicamente a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Banco Mundial possuírem concepções distintas em relação à educação, Calderón, Pedro e

Vargas (2011, p. 1190), estudando seus posicionamentos a partir das conferências mundiais de 1998 e de 2009, apontam a convergência do discurso entre as entidades, na medida em que ambas passam a considerar a «incorporação e a natural aceitação de orientações neoliberais para a educação superior», tais como a diversificação do sistema educacional e suas formas de financiamento, papel do ensino a distância, expansão da pesquisa por meio de parcerias público-privado, adoção de sistemas e métricas de qualidade, credenciamento e validação de diplomas, embora na América Latina a posição não tenha sido esta. Ao contrário, a Conferência Regional da UNESCO defendia a educação superior como bem público social, direito humano e universal, e dever do Estado, rejeitando as teses neoliberais

Após uma série de eventos e de desgastes políticos, foi aberto processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, no dia 02 de dezembro de 2015, já em seu segundo mandato, sob a alegação de crime de responsabilidade por ter praticado as chamadas «pedaladas fiscais» e abertura de créditos sem autorização do Congresso Nacional. Após 273 dias, o caso foi encerrado em 31 de agosto de 2016, em plenária do Senado, com o impedimento de Dilma Rousseff, cujo mandato foi cassado, sem a perda de seus direitos políticos. Com seu impedimento, assume a presidência Michel Temer, em meio a muitas críticas e desconfianças – inclusive de se tratar de um golpe parlamentar³ –, na medida em que, enquanto vice-presidente, deveria seguir o plano de governo do qual fazia parte. No entanto, não é o que se segue. A agenda governamental prioriza duas ações polêmicas: a limitação dos gastos públicos – aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2016 – e a reforma da legislação trabalhista, de 2017.

A reforma trabalhista foi implementada por meio da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017, alterando diversos artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Um dos principais aspectos é a prevalência do «combinado» sobre o «legislado», ou seja, os acordos realizados entre o patrão e o empregado terão força de lei, com exceção de direitos essenciais, como salário-mínimo. Segundo a análise de Krein (2018), a reforma gera consequências sérias em relação ao mercado de trabalho, à precarização do trabalho, à ação sindical, às negociações coletivas, às condições de saúde e segurança, ao fundo público, à vida social, e às perspectivas de construção da nação.

A Emenda Constitucional 95/2016 limita por 20 anos os gastos públicos, com o objetivo expresso de equilíbrio das contas. A lei passaria a vigorar a partir de 2018, determinando que as despesas federais só podem aumentar de acordo com a inflação acumulada de 12 meses, e em consonância com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A título de ilustração, segundo Andressa Pallanda, coordenadora da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a educação teria

³ Não cabe aqui uma discussão acerca desse processo, que está amplamente divulgado e analisado pela mídia, por analistas políticos e pela academia. Nesse artigo, interessa a repercussão no campo da educação superior, especialmente. Porém, a título de ilustração do que representou esse momento, foi produzido o filme «Democracia em vertigem», de Petra Costa, que documenta o que foi considerado um golpe no Brasil, por meio de um duvidoso processo de *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff.

perdido R\$99,5 bilhões, desde a política de austeridade iniciada em 2015, sendo que R\$32,6 bilhões teriam sido perdidos só em 2019⁴.

Durante sua gestão, o Ministério da Educação (MEC) foi ocupado por dois ministros diferentes. Entre 12 de maio de 2016 e 06 de abril de 2018, foi liderado por José Mendonça Filho, sucedido por Rossieli Soares, que permaneceu no cargo entre 10 de abril de 2018 e 31 de dezembro de 2019. O primeiro foi denunciado pelo então Reitor da Universidade de Brasília por alegadamente ameaçar «o livre exercício da docência pelo professor titular do Instituto de Ciência da Universidade de Brasília, Luis Felipe Miguel», responsável pela disciplina que viria a ser oferecida «O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil»⁵. O segundo, por sua vez, adota uma postura mais conciliadora, afirmando que o país já possui canais de denúncia suficientes, não sendo necessária, inclusive, uma lei como a proposta pelo movimento «Escola sem Partido»⁶, algo que virá a ser evidenciado durante o governo do Presidente eleito Jair Bolsonaro.

3. O movimento #ELENÃO, o desfecho #ELESIM, as disputas de narrativas e as *Fake News*: o negacionismo entra em cena

Em 2019, assume a Presidência da República o ex-deputado Jair Bolsonaro, em segundo turno, derrotando o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad, contrariando todos os prognósticos quando do início da campanha eleitoral. O candidato eleito assume a função num contexto de grande polarização política, acirrada durante toda a campanha eleitoral, impulsionada, dentre outros fatos, por um atentado contra sua vida, na cidade mineira de Juiz de Fora. A resistência à sua candidatura se tornou mais evidente a partir do movimento #ELENÃO, iniciado por um grupo de mulheres contrárias à posição alegadamente machista e misógina do então candidato à presidência. O movimento atingiu as redes sociais, alcançando repercussão internacional, a ponto de celebridades postarem mensagens em vídeo que correram o mundo.

As posições do presidente – alegadamente liberal na economia e conservador nos costumes – o situam num espectro político-ideológico de extrema direita, que coloca em xeque a democracia enquanto valor e modo de existência social, sobretudo porque, em suas declarações, adota um tom radical, pouco afeito ao pluralismo e ao debate democrático. Nesse contexto mais geral, as universidades são desqualificadas por meio da crítica ideológica e da acusação de que gastam

⁴ Le monde diplomatique Brasil. Teto de Gastos. Andressa Pellanda. Em 2019, a educação perdeu R\$32,6 bi para o Teto de Gastos [2020]. Recuperado de <<https://diplomatique.org.br/educacao-perdeu-r-326-bi-para-a-ec-95-do-teto-de-gastos/>>. Acesso em 21 jul.2020.

⁵ Globo. G1. Política. Comissão de ética investigará conduta de Mendonça Filho após críticas a disciplina da UnB sobre 'golpe de 2016'. [26.02.2018]. Recuperado de <<https://g1.globo.com/politica/noticia/comissao-de-etica-investigara-conduta-de-mendonca-filho-apos-criticas-a-disciplina-da-unb-sobre-golpe-de-2016.ghtml>>. Acesso em 21 jul.2020.

⁶ Congresso em foco. Home. Educação. Brasil não precisa de escola sem partido, defende Ministro da Educação. [31.10.2018]. Recuperado de <<https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/brasil-nao-precisa-do-escola-sem-partido-defende-ministro-da-educacao/>>. Acesso em 21 jul.2020.

demais e não são reconhecidas como excelentes, uma vez que não constam dos *rankings* mundiais (Leher, 2019). Como bem colocam Almeida-Filho e Souza (2020, p. 8), «no bolsonarismo, etapa avançada de um estado de mal-estar social, o próprio governo contesta princípios iluministas já seculares, como prover educação para todos como política social e considerar a formação universitária como requisito de cidadania democrática e possibilidade de emancipação dos sujeitos».

O Ministro da Educação, nomeado em 1º de janeiro, é Ricardo Vélez Rodrigues, filósofo, professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ex-professor universitário. É exonerado em 08 de abril do mesmo ano, em função de sua inoperância. No entanto, seu nome figurou na mídia por diversas vezes, em função de declarações e ações questionáveis. Suas declarações foram alvo de diversas críticas e, dada a inação quanto a uma política educacional e o consequente desgaste político, é exonerado pelo presidente, que nomeia, no mesmo dia, Abraham Weintraub, figura não menos polêmica, economista, professor da Universidade Federal de São Paulo, e ex-executivo no mercado financeiro.

Desde que assumiu a pasta, o ministro se tornou, também, alvo de críticas, questionamentos e até mesmo de um pedido de *impeachment*. Parte dessa situação se justifica tanto em função de suas ideias e concepções propriamente ditas, quanto em função do modo como se dirige ao público em geral, com a mídia e com seus seguidores nas redes sociais. É notícia recorrente nas mídias sua descompostura e desrespeito e, sobretudo, a divulgação de *fake news* ou informações falsas acerca de diversos temas, especialmente no que diz respeito à educação superior, tais como afirmar que nas universidades há plantações extensivas de maconha⁷, que estudantes andam nus pelos corredores, que as universidades foram tomadas pela esquerda política como plano de doutrinação marxista com o objetivo de implantar o comunismo a longo prazo, por defender o movimento da Escola sem Partido, além de demonstrar desprezo por Paulo Freire, patrono da educação brasileira e um dos autores mais citados em todo o mundo. Em função de suas concepções acerca da educação superior e das universidades, o ministro tomou uma série de decisões problemáticas e polêmicas, como o contingenciamento de recursos orçamentários e cortes de bolsas de pesquisa, inclusive durante a pandemia do novo coronavírus (Covid-19), inviabilizando o trabalho de diversos pesquisadores que dependiam desses recursos. Além disso, lança o polêmico Programa «Future-se», com o alegado objetivo de sanar problemas financeiros e administrativos, bem como expurgar a ideologia marxista supostamente predominante nas universidades públicas (Giolo, 2020).

⁷ Por conta dessa declaração, «a União Federal foi condenada ontem a pagar uma indenização de R\$ 50 mil por uma fala do ex-ministro Abraham Weintraub, que afirmou que as universidades públicas brasileiras têm extensivas plantações de maconha» e que os laboratórios de química das instituições são utilizados para fabricar drogas sintéticas. A ação coletiva foi movida pela UNE (União Nacional dos Estudantes). A juíza Sílvia Figueiredo Marques ressaltou o «viés ideológico do ex-ministro» e afirmou que Weintraub não apresentou provas de suas acusações: «A vítima foi a coletividade dos estudantes». Cf. UOL. Notícias. Política. União é condenada por Weintraub dizer que universidades plantam maconha. [31.07.2020]. Recuperado de <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/31/weintraub-e-condenado-apos-dizer-que-universidades-publicas-plantam-maconha.htm>>. Acesso em 01 ago. 2020.

As declarações presidenciais e do então ministro no que tangem à educação são completamente alinhadas, na medida em que um reforça o «argumento» do outro, o que aponta para uma postura negacionista, cabendo uma digressão a esse respeito.

Segundo Caldeira Neto (2009, p. 1107), o movimento negacionista surge «como uma tentativa intolerante e predatória da memória da Segunda Guerra Mundial, e consiste atualmente numa das maiores expressões do anti-semitismo da extrema-direita». Tal movimento tende a negar a existência de qualquer plano de extermínio nazista, inclusive das câmaras de gás, por exemplo. Para o autor, na Europa, um dos nomes associados a esse movimento na atualidade é o ex-deputado Jean Marie Le Pen (presidente do partido ultranacionalista e xenófobo Frente Nacional/ França)

Os negacionistas empreendem uma «revisão» da história, fazendo

precisamente parecer o que não é, um esforço para escrever e pensar a história. Não se trata de *construir* um relato verdadeiro. Também não se trata de revisar as pretensas aquisições da ciência histórica. Nada mais natural, nada de mais banal que a 'revisão' da História. O próprio tempo modifica a visão não somente do historiador, mas também do simples leigo [...] Negar a história, porém, não é revisá-la (Vidal-Naquet, 1988, p. 171) (grifos do autor).

Caldeira Neto (2009) afirma que o movimento negacionista surge na França dentro de uma corrente politicamente de esquerda com Pierre Guillaume e Paul Rassinier (antigo membro da Seção Francesa da Internacional Socialista – SFIO). Ex-prisioneiro de campos de concentração, Rassinier é considerado o «fundador» do negacionismo, em função da publicação de seu livro «A mentira de Ulisses», no qual defende a ideia de que a Segunda Guerra Mundial consistia de um complô de um governo secreto judaico de dominação mundial, o que lhe custou a expulsão da SFIO e o levou a se aproximar de organizações políticas extremistas, assumindo um caráter anti-semita (Caldeira Neto, 2009). Pierre Guillaume, por sua vez, teria uma «personalidade perversa e megalomaniaca», e estaria «convencido de ter compreendido os segredos da revolução mundial e também do capitalismo mundial, já que tentou fazer fortuna no Brasil, país que considerava o coração do crescimento capitalista» (Vidal-Naquet, 1988, p. 181).

O principal problema dos revisionistas negacionistas é que, no fundo, eles publicam mentiras, fraudes ou grandes distorções, na medida em que não existem mentiras ou verdades absolutas (Vidal-Naquet, 1988). Como afirma Caldeira Neto (2009, p. 1118), «passam longe do rigor e da seriedade acadêmica, são elementos panfletários, extremistas». Daí o título do livro de Vidal-Naquet, «Assassinos da memória», o que leva o autor a se perguntar, já que não há respeito nem diálogo com os revisionistas: «Seria possível um astrofísico dialogar com um 'pesquisador' que afirma ser a Lua feita de queijo Roquefort?» (Vidal-Naquet, 1988, p. 11). O negacionismo busca criar uma nova realidade. Como bem coloca Arendt (2006, p. 259), «a marca distintiva da verdade de facto está em que o seu contrário não é nem o erro nem a ilusão, nem a opinião [...] mas a falsidade deliberada ou a mentira». É nesse sentido que Hannah Arendt (2006, p. 263) indaga:

Se as mentiras políticas modernas são tão grandes que requerem um rearranjo completo de toda a textura factual – a fabrico de uma nova realidade, por assim dizer, na qual elas se encaixem sem costuras, fendas nem fissuras, exactamente como os fatos encaixavam no contexto original – o que impede essas histórias, imagens e não factos novos de se tornarem um substituto adequado para a realidade e factualidade?

O negacionismo explica a Segunda Guerra Mundial a partir de duas mentiras: o início da guerra, causada pelos próprios judeus, e o fim da mesma, em que o «judaísmo internacional» cria uma mentira com proporções gigantescas (Holocausto) para continuar seus planos de dominação mundial (Caldeira Neto, 2009).

Derrida (1996, pp. 28-29), tomando como referência um texto de Koyré⁸ de 1943, lembra que a análise sobre as práticas totalitárias à qual o autor se refere, podem muito bem ser consideradas

amplamente a certas práticas atuais de supostas democracias, na era de certa hegemonia capitalístico-tecnológica da mídia. Ora, as filosofias oficiais dos regimes totalitários proclamam de modo unânime que a concepção da verdade objetiva, uma para todos, não faz sentido algum e o critério da 'Verdade' não é seu valor universal, mas antes sua conformidade com o espírito da raça, da nação ou da classe, sua utilidade racial, nacional ou social.[...] Para tanto, como já foi reconhecido há muito tempo, o mito é frequentemente preferível à ciência, e a retórica que se dirige às paixões, preferível à demonstração que se dirige à inteligência.

Essa discussão é importante ao expor uma falácia e uma postura anti-democrática, na medida em que o negacionismo não aceita o conhecimento e se opõe a todo aquele que o confronta, apoiando-se em mentiras. No fundo, trata-se de um projeto político, por meio da construção de uma narrativa não fundamentada nos fatos e no conhecimento, de tal modo convincente a ponto de garantir uma massa significativa de «adeptos», que numa sociedade de consumo imediato de informação a todo instante, em que ninguém se dá o trabalho de verificar, conquista espaço e influência. De certo modo, o negacionismo encontra na virtualidade um meio poderoso de difusão de suas afirmações, alimentando o sistema de distribuição das *fake news*, expressão que ganhou popularidade no Brasil, ao invés de se usar o correlato nativo «mentiras».

As narrativas representam uma visão de mundo ideologicamente construída e negacionista, que se expressam, por exemplo, no caso da extrema-direita no país, na representação acerca da questão do gênero, em que as imagens do homem e da mulher são tipificadas de forma estereotipada, do tipo «menino veste azul, menina veste rosa», ou, de forma ainda mais sutil, quando a imagem da mulher também é associada à dimensão político-partidária de forma estereotipada e estigmatizada. Às mulheres «militantes» e às mulheres «direitas de direita» são atribuídas

⁸ Alexandre Koyré, La fonction politique du mensonge moderne, em Rue Descartes 8/9, Collège International de Philosophie, Paris, Albin Michel, nov. 1993.

referências estigmatizantes ou enaltecedoras, respectivamente: «atuam na rua», «feias», «competem com os homens», «lésbicas», «defecam na rua», «ateias», no primeiro caso, e «recatadas», «bonitas», «solidárias com os homens», «mães», «higiênicas» e «religiosas» no segundo caso (Silva, 2019).

Nos termos de Christian Dunker,

a produção de inimigos justifica ações intempestivas, ações que acumulam poder naquele que está governando o país e naqueles que o cercam. Então qual é a regra aqui? Desautorizar as autoridades constituídas, para dizer: ‘Olha, aqueles que cuidam da palavra, da razão, aqueles que cuidam do debate, estão todos comprometidos e interessados’. Essa ideia é necessária para que se destituam os poderes impessoais representados em instituições como as universidades, a imprensa, os cientistas. Pois no momento em que o interlocutor põe em dúvida – não precisa depô-las, basta dizer que são controversas –, amalha para si uma dúvida razoável, que a partir de então vai deslocar aquela fé, aquela crença que as pessoas tinham naquela instituição, para aquela autoridade pessoal de quem está confrontando, denunciando, criticando a autoridade simbólica constituída. Isso é um método de discurso⁹.

Como um projeto político, o negacionismo é deliberadamente adotado de modo a construir uma narrativa que justifique as ações governamentais, por meio da destruição dos fatos e da história. Baseando-se no argumento de Arendt acerca da mentira anteriormente mencionado, Feitosa (2017) afirma que

a contemporaneidade é marcada por uma forma de «mentira organizada», uma aliança entre os meios de comunicação e os regimes totalitários, onde toda a matriz da realidade pode ser falsificada através das estratégias midiáticas de manipulação em massa. O resultado não é mais apenas a substituição da verdade pela mentira, mas a paulatina destruição na crença em qualquer sentido que nos oriente pelo mundo. Em outras palavras, a mentira organizada contemporânea conduz a um cinismo niilista, uma recusa em acreditar na verdade de qualquer coisa. A descrença é a desistência da tarefa de fazer qualquer avaliação. Algo parecido acontece quando, no Brasil de hoje, se diz que todos os políticos são corruptos, como se não houvessem aí distinções mais finas ainda a serem feitas.

Embora a educação (superior) seja o campo privilegiado de análise, é necessário ter em conta que seu projeto faz parte de um projeto mais amplo dentro de um espectro político-ideológico, no qual todos os campos de atuação governamental e suas respectivas políticas e ações estão imbricados.

⁹ Estado de Minas. Pensar. Explicações. O negacionismo como arma de destruição durante a pandemia (Entrevista com Christian Dunker. [24.07.2020]. Recuperado de <https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/07/24/interna_pensar,1169615/o-negacionismo-como-arma-de-destruicao-durante-a-pandemia.shtml>. Acesso em 17 fev.2021.

Diante das pressões sobre a postura negacionista do Ministro da Educação, agravada pela divulgação de um vídeo de uma reunião ministerial ocorrida em 22 de abril, Abraham Weintraub anuncia sua demissão, que se concretiza no dia 19 de junho de 2020¹⁰. No dia 25 de junho, foi nomeado o Professor Carlos Alberto Decotelli para o ministério. Porém, não tomou posse no cargo, devido à forte pressão política por conta de informações falsas constantes do seu currículo na plataforma Lattes. Após cerca de um mês, em 16 de julho, toma posse o novo Ministro da Educação, o professor Milton Ribeiro, Doutor em Educação, pastor protestante, advogado e teólogo, tendo atuado na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Seja como for, e independentemente do ocupante do cargo, o governo Bolsonaro insistiu numa concepção de educação alinhada à sua concepção liberal de economia e conservadora nos costumes¹¹. No caso específico da universidade, sua posição é clara, no sentido de que a instituição deve ter um papel fundamentalmente econômico, como formadora de empreendedores em todos os campos, negando a necessidade de formação humanista, reflexiva e crítica, dadas suas premissas ideológicas:

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. [...] As universidades, em todos os cursos, devem estimular e ensinar o empreendedorismo. O jovem precisa sair da faculdade pensando em como transformar o conhecimento obtido em enfermagem, engenharia, nutrição, odontologia, agronomia, etc, em produtos,

¹⁰ O Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou a divulgação pública do vídeo dessa reunião ministerial do dia 22 de abril, por conta de uma acusação feita pelo ex-ministro Sérgio Moro. No vídeo, pode-se ver e ouvir claramente o então ministro da educação afirmar que: «Eu, por mim, botava esses vagabundos todos na cadeia. Começando no STF». Cf. CNN BRASIL. Home. Política. Reunião ministerial de Bolsonaro: assista ao vídeo na íntegra e leia transcrição. [22.05.2020]. Recuperado de <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/22/assista-ao-video-da-reuniao-ministerial-com-bolsonaro>>. Acesso em 10 jun.2020.

¹¹ A título de ilustração da afirmação: «O ministro disse ao jornal O Estado de S. Paulo que “não é normal” ser homossexual e que gays são reflexo de “famílias desajustadas”. Afirmou também que um “adolescente muitas vezes opta por andar no caminho do homossexualismo” e que decidir por se relacionar afetivamente com pessoas do mesmo sexo “são questões de valores e princípios”». Cf. Veja. Política. Denúncia por homofobia coloca Ministério da Educação no centro de polêmica [12.02.2021]. Recuperado de <https://veja.abril.com.br/politica/denuncia-por-homofobia-coloca-ministerio-da-educacao-no-centro-de-polemica/>. Acesso em 07 maio 2021. O referido ministro afirmou, ainda, que a «universidade é para poucos», que algumas crianças com deficiência são de «impossível convivência» e que «atrapalha» a aprendizagem de colegas, que a população *trans* atuante na rede de ensino não pode incentivar os alunos «a andarem nesse caminho», que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem de evitar «questões de cunho ideológico», além de defender publicamente remédios com ineficácia comprovada para a COVID-19, como a ivermectina e a cloroquina. Cf. G1. Educação. Milton Ribeiro: veja 6 frases do ministro da Educação e entenda por que elas foram questionadas. [23.08.2021]. Recuperado de: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/23/milton-ribeiro-veja-frases-do-ministro-da-educacao-e-entenda-por-que-elas-foram-questionadas.ghtml>. Acesso em 30 ago. 2021.

negócios, riqueza e oportunidades. Deixar de ter uma visão passiva sobre seu futuro. A pesquisa mais aprofundada segue um caminho natural. Os melhores pesquisadores seguem suas pesquisas em mestrados e doutorados, sempre próximos das empresas¹².

O ideal de transformar a educação (especialmente a superior) em um braço governamental a serviço das demandas do mercado num modelo de livre concorrência remete, minimamente, ao final da década de 1950 e que culminaram com a reforma de 1968, durante o regime militar. Para Chauí, isso se dá de forma mais evidente quando a universidade passa da condição de instituição para organização, a partir da ditadura militar. Enquanto instituição, é uma «prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela», fundada na «conquista da ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na ideia de um conhecimento guiado por sua própria lógica», concebendo-se a si mesma como uma instituição republicana, e, portanto, pública e laica (Chauí, 2018, pp. 381-382). Por outro lado, concebida como organização, a universidade é definida como uma «prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular», e, «por ser uma administração, é regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito», não lhe competindo «discutir ou questionar sua própria existência, função ou seu lugar no interior da luta de classes» (p. 383). Na medida em que tal concepção ganha espaço e se institucionaliza, assume ares de uma ideologia, convertendo-se naquilo que Chauí chama de «discurso competente», ou seja, «aquele no qual a linguagem sofre uma restrição», ou, em outras palavras:

Não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância. O discurso competente confunde-se, pois, com a linguagem institucionalmente permitida ou autorizada, isto é, com um discurso no qual os interlocutores já foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e de ouvir, no qual os lugares e as circunstâncias já foram predeterminados para que seja permitido falar ouvir e, enfim, no qual o conteúdo e a forma já foram autorizados segundo os cânones da esfera de sua competência (Chauí, 2007, p. 19).

No entanto, se durante o regime militar o governo procurava «modernizar» a universidade ao impor ideias de um saber supostamente universal, neutro, absoluto e verdadeiro – a ciência – (Fávero, 1991), o governo Bolsonaro emite um discurso aparentemente contraditório quanto ao papel da universidade ao acusá-la de ser um ambiente de «balbúrdia», ao mesmo tempo em que o negacionismo é a estratégia utilizada para impor seu projeto político, associado à disseminação massiva de *fake*

¹² Plano Fênix. Recuperado de <http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em 24 maio 2020.

news¹³. Não é por acaso o contingenciamento imposto às universidades públicas, o corte de bolsas e a redução de recursos para o avanço científico, a despeito do discurso da defesa de áreas prioritárias e a depreciação pública das áreas de ciências humanas.

A contradição é aparente na medida em que o negacionismo atinge, especialmente as universidades públicas, onde, notoriamente, a pesquisa e a reflexão sistemáticas são realizadas. Aparente, ainda, porque o ataque ideológico às universidades ocorre especialmente na área de ciências humanas, reduto considerado «esquerdista» ou «comunista» ou «marxista» e onde ocorreria a doutrinação ideológica equivalente¹⁴. Tal concepção consta do «plano de governo» atual, no qual também se evidencia, por outro lado, a implementação da economia liberal. Segundo o documento, chamado de «Plano Fenix», disponível publicamente, «as economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social».¹⁵

Para além das falácias contidas no plano de governo, uma vez que não há referências que comprovem uma série de afirmações, resta saber qual rumo a universidade tomará. Evidentemente, não se trata de fatalismo ou destino, nem um desígnio divino, algo ao sabor do discurso conservador predominante do governo federal. Ao contrário, o jogo político está colocado, mas qual será o encaminhamento diante de tantos desafios e obstáculos – incluindo a pandemia e os reais e os metafóricos pandemônios – para o futuro da educação superior?

4. Qual o sentido da universidade?

A universidade é parte constitutiva da sociedade e a constitui, no sentido de que não há uma separação real entre indivíduo e sociedade, tal como Norbert Elias concebe essa relação. Nessa perspectiva, a universidade e outros agrupamentos constituem redes de indivíduos ou figurações. Portanto, a universidade pode ser entendida como produzida por e produtora de redes de significados, constituindo determinada figuração, que atende a determinadas finalidades, e em que há um equilíbrio flutuante e elástico das relações de poder, ou o que o autor chama

¹³ É importante destacar que tal postura do governo federal não se limita à questão da educação. Veja-se, por exemplo, o caso do coronavírus: foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 27 de abril de 2021, para apurar a responsabilidade do governo federal (sobretudo no caso do presidente da república) quanto à gestão da pandemia, especialmente no que diz respeito à omissões (como no caso da demora da compra de vacinas), adoção de medicação com ineficácia comprovada, disseminação de informações falsas, e à possíveis ações de corrupção. Anteriormente, em setembro de 2019, foi instalada a CPI das *fake news*, com a finalidade, dentre outras, de investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público. Cf. Brasil. Senado Federal. Atividades legislativas. Comissões. CPI *Fake News*. Recuperado de <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2292>. Acesso em 27 ago. 2021.

¹⁴ Como bem aponta Sinhoretto (2021), em abril de 2020, o CNPq (agência federal de fomento à pesquisa científica) divulgou linhas prioritárias de pesquisa, deixando de fora as ciências humanas e sociais de modo geral dos editais de financiamento, como exemplo de uma ação concreta visando desestimular estudos de cariz mais crítico e social.

¹⁵ Plano Fênix. Recuperado de <http://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso em 24 maio 2020.

de gradiente de poder (Elias, 2008). Assim concebida, torna-se evidente que a universidade é processo e produto de uma dinâmica social, mutável ao longo do tempo histórico, mas jamais determinada por um sujeito humano em particular ou específico a longo prazo.

Porém, o gradiente de poder implica relações desiguais entre os envolvidos. Na década de 1960, Fernandes (2020) já apontava a dependência econômica e cultural de nossa sociedade capitalista e a conseqüente subordinação da universidade brasileira a essa relação. No debate contemporâneo acerca da universidade, o qual, no fundo, corrobora e atualiza a interpretação de Florestan Fernandes em larga medida, concepções conflitantes estão em disputa, sobretudo no que diz respeito a que autores têm chamado de mercantilização ou empresarialização da universidade. Neste sentido, Antunes e Pinto (2017) analisam como o sistema educacional, em todos os níveis, incluindo o superior, foi construído baseado no modo de vida capitalista baseado na divisão do trabalho e em classes, especialmente no contexto do fordismo e no pós-fordismo, em que a qualificação técnica especializada perde a relevância em favor de competências comportamentais por meio das quais os indivíduos devem «aprender a aprender» no contexto da especialização flexível, ou seja, é estabelecida a «educação flexível». Para os autores, nesse «modelo», não cabe a reflexão crítica, mas apenas o conhecimento útil, baseado nos pressupostos da chamada Teoria do Capital Humano.

Na esfera das decisões políticas historicamente observadas no país, a despeito das divergências e conflitos, a concepção mercantil de cariz empresarial tem sobressaído desde os primeiros dias da universidade pública, algo reforçado pela reforma de 1968, a qual privilegia tal concepção, ancorada na influência dos acordos realizados com os Estados Unidos (Fávero, 1991). Nos dias atuais, a universidade age em consonância com a perspectiva mercadológica dentro de um quadro de capitalismo acadêmico, ou seja, as «instituições de ensino superior estão buscando gerar receitas a partir de suas funções centrais de educação, de pesquisa e de serviços, desde a produção de conhecimentos (tais como pesquisas que levem a patentes) gerados pelas faculdades até o currículo da faculdade (materiais de ensino que possam ter *copyright* e serem comercializados)» (Rhoades y Slaughter, 2004, p. 37).

Conforme assinala Ibarra Colado (2005, p. 17), «as conseqüências desse processo de empresarialização da universidade são múltiplas, embora impliquem, essencialmente, a disputa pela *reinvenção da identidade da universidade no imaginário social e, em conseqüência, a transformação dos modos de existência de suas comunidades*» (grifos do autor). Dessa forma,

sob este modo de racionalidade, a universidade tenderia a deixar de funcionar como referente cultural básico da sociedade para constituir-se em uma corporação burocrática a serviço do mercado; por sua parte, os acadêmicos perderiam paulatinamente sua consciência crítica para conformarem-se como analistas simbólicos em busca de soluções para os problemas específicos da economia e da sociedade, ou como esses novos executivos do saber encarregados de negociar, com sua carteira de clientes, os termos do intercâmbio comercial do conhecimento (Ibarra Colado, 2005, p. 17).

Tal processo é em larga medida derivado da influência dos Estados Unidos enquanto «nação mais poderosa do planeta», a qual pode ser percebida por volta do início da década de 1920, uma vez que os empresários do século XIX já realizavam investimentos na ciência aplicada e engenharia para sustentar o desenvolvimento industrial (Ibarra Colado, 2005). Da mesma forma entendem Ordorika (2006) e Marginson & Ordorika (2010), para quem a hegemonia anglo-americana – expressa não apenas pelo tamanho do seu sistema de universidade, mas também pelo uso da língua inglesa em países não anglófonos – acaba por depreciar, inclusive, os papéis desempenhados pelas universidades de países que se situam à margem das economias centrais, de contribuírem para a pesquisa sobre a cultura, a democratização ou práticas de governo nacional, assim como as soluções de problemas e demandas sociais. Para o autor, propagado pelas agências supracionais, como o Banco Mundial e a OCDE,

a hegemonia se expressa ideologicamente no caráter normativo que assume a idealização do modelo norte-americano de universidade de investigação e o altamente competitivo sistema público/privado de educação superior que combina um alto nível de cobertura com uma concentração extrema de riqueza, autoridade acadêmica, recursos acadêmicos e materiais e status social, nas universidades líderes (Ordorika, 2006, pp. 40-41).

Destaca-se, neste sentido, os famosos acordos do Ministério da Educação com a *United States Agency for International Development* (USAID), entre 1961 e 1974 (Motta, 2014), durante a ditadura militar, cuja bandeira era combater o comunismo – visto que a União Soviética assume protagonismo nessa época, como uma das «vencedoras» da Segunda Guerra – e inserir o país na rota do desenvolvimento econômico por meio do capitalismo. Assim, pode-se perceber certa correspondência entre o passado e o presente, sobretudo na justificativa ideológica para o «projeto» educacional, a despeito da aparente contradição entre o negacionismo observado nos discursos sobre a ciência e a proposição de uma universidade voltada para o mercado.

De modo geral, o ataque à universidade é dirigido à três disputas centrais, segundo Ibarra Colado (2005):

- A universidade é questionada enquanto instituição social que, servindo como referencial cultural básico, pressupõe os princípios de liberdade acadêmica e autonomia, o que implica a crítica sistemática às questões da sociedade e, no limite, ao modo de vida capitalista, sua conformação neoliberal e suas implicações;
- A universidade é questionada enquanto fornecedora de bens públicos inalienáveis, na medida em que tal função não contribuiria para o desenvolvimento econômico proporcionado pelas organizações privadas ou empresas.
- A universidade é questionada quanto à sua organização como comunidade de conhecimento, na medida em que se evidencia como desnecessário ou ideológico aquele conhecimento de base humanista ou crítico, como se o

conhecimento técnico e científico necessário para o avanço tecnológico pudesse prescindir da crítica e da reflexão.

No caso brasileiro, a universidade é concebida pelo governo Bolsonaro estritamente em termos «utilitários», ou seja, naquilo que pode contribuir à dimensão econômica. Dessa forma, o negacionismo é seletivo e proposital, pois é utilizado naquilo que interessa a quem o aplica. Isto implica afirmar que «negação» diz respeito a duas realidades, como aponta Nunes (2022): quando se chama alguém de «negacionista», normalmente se quer dizer que a pessoa sabe que está negando algo que é real, que está mentindo conscientemente; quando alguém está «em negação», implica afirmar que a pessoa está se protegendo de maneira inconsciente de uma experiência ou pensamento traumático, em termos freudianos.

Se levamos em conta a noção de discurso competente, que é aquele autorizado (no sentido da autoridade), o discurso negacionista pode assumir um papel perigoso de, ao se tornar um cânone da esfera de competência (Chauí, 2001), constituir-se no único pensamento válido, ou pensamento único. Daí a força ideológica do pensamento único que vem se consolidando nas últimas décadas (Dias, 2017) estabelecer um referencial único, como se fosse universal, atemporal e a-histórico.

O pensamento único faz renascer o difusionismo e as teorias de modernização. Nas décadas de 1950 e de 1960, os Estados Unidos, principalmente, enviaram expertos encarregados de modernizar os países ditos atrasados, forçando o abandono de suas tradições e a aceitar os valores de mercado. A teoria de modernização subjacente se baseia no pressuposto etnocêntrico ocidental, que defende que as formas de organização das sociedades devem ocorrer sem levar em conta a diversidade cultural, a formação histórica das populações e a variedade na conduta das estruturas sociais (Dias, 2017). É o que, de certo modo, quando aplicado em esfera global, Milton Santos chama de «globalitarismo», uma espécie de mistura de globalização com totalitarismo. Em suas palavras:

Como as técnicas hegemônicas atuais são, todas elas, filhas da ciência, sua utilização se dá ao serviço do mercado, esse amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é uma das fontes do poder do pensamento único. Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de ideias científicas, indispensáveis à produção, aliás acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas. Nas condições atuais, a ideologia é reforçada de uma forma que seria impossível ainda há um quarto de século, já que, primeiro as ideias e, sobretudo as ideologias se transformam em situações, enquanto as situações se tornam em si mesmas «ideias», «ideias do que fazer», «ideologias» e impregnam, de volta, a ciência (que santifica as ideologias e legitima ações), uma ciência cada vez mais redutora e reduzida, mais distante da busca da «verdade» (Santos, 2008, p. 53)

Tendo em vista a universidade como foco de análise, a mistura capitalismo-negacionismo-globalitarismo-modernização implica determinada concepção de

educação e de universidade, a partir de uma ideologia subjacente que reflete os interesses de determinados grupos econômicos, em detrimento de outras necessidades da sociedade como um todo. Neste contexto, segundo Leher (2020), diante das demandas de uma agenda de cariz neoliberal¹⁶ ancorado no capital financeiro, o governo Bolsonaro, por meio de seu núcleo duro, que congrega fundamentalismo econômico e fundamentalismo cultural, implementou uma verdadeira «guerra cultural»¹⁷, na qual

a área de educação é um de seus principais teatros de operações: nela pretendem difundir uma suposta ordem moral profundamente hostil à laicidade e ao secularismo, sustentar uma história «celebrativa dos grandes feitos», ecoar ideologias da doutrina de desenvolvimento com segurança em voga na ditadura empresarial-militar e preconizar uma pedagogia centrada no indivíduo competitivo. O seu braço econômico apregoa o fim da educação pública, um mal a ser combatido, pois o público insiste em trabalhar com o horizonte da cidadania, ainda que enfraquecida por anos de ressignificações, no lugar de exacerbar o individualismo possessivo. As alternativas desejadas são escolas *charter*, uso de *vouchers* e a refuncionalização das universidades como 'organizações' não gratuitas e utilitaristas, permanentemente calibradas pelos influxos do 'mercado' (Leher, 2020, pp. 107-108).

Não por acaso o então ministro da educação, Abraham Weintraub, lançou o mencionado anteriormente programa «Future-se», com o objetivo de refuncionalizar a universidade. Embora tal programa não tenha sido implementado, ele representa exatamente o interesse governamental em tornar a universidade uma organização a serviço dos interesses do mercado, ao mesmo tempo em que visa silenciar a crítica e anular a reflexão¹⁸.

¹⁶ Segundo Dardot e Laval (2016, p.16), «o neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, de certas subjetividades. Em outras palavras, como o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos do que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”».

¹⁷ Segundo Leher (2020, p.123), por meio do «trabalho de Frances Saunders, *A CIA e a Guerra Fria Cultural*, é possível depreender como a 'Guerra Cultural', estruturada por meio de grupos em consórcios (*think tanks*, institutos, fundações diversas), é parte da estratégia política de guerra infinita contra a esquerda socialista, os valores laicos e seculares forjados nas lutas emancipatórias dos povos». Na mesma direção Rocha (2021) entende que o chamado «bolsonarismo» não existe sem a chamada «guerra cultural», alimentada e promovida pela ala militar revanchista e revisionista da ditadura (algo apontado por Leher também), pela doutrina da segurança nacional e a caça a um inimigo interno, e a «retórica do ódio» difundida pelo escritor e uma espécie de guru do presidente Olavo de Carvalho. Numa perspectiva mais ampla, Alliez e Lazzarato (2021) afirmam que o capitalismo se sustenta na reversibilidade entre guerra e economia, defendendo a tese de que a guerra, a moeda e o Estado são forças constituintes do capitalismo. Tais guerras são não apenas militares, mas também de classe, civis, de sexo, de raça, dentre outras.

¹⁸ Cf. Leher (2020) para uma análise sistemática das três versões apresentadas do projeto Future-se.

Danowski (2018) afirma a importância de se adotar como objetivo político claro o uso do termo «negacionista» para caracterizar aqueles cientistas que não reconhecem o aquecimento global, de modo a despertar propositalmente uma ressonância histórica com o negacionismo ou revisionismo do Holocausto da Segunda Guerra Mundial. Da mesma forma, ao se referir ao então candidato eleito à presidência, afirma que não deveríamos nos deixar «ludibriar pela provisória e aparentemente paradoxal ausência de negação em seus discursos», alegando que «não é para menos que ele não veja necessidade de esconder suas propostas abjetas, já que suas palavras foram e são ecoadas por hordas de *bots*¹⁹, mas também de pessoas muito reais, que encontram toda sorte de justificativa para celebrá-las» (Danowski, 2018, p. 21).

A postura negacionista implicou decisões que impactaram profundamente a universidade pública, especialmente a partir do teto de gastos desde o governo de Michel Temer, o que justificou, sobremaneira, cortes e contingenciamentos do orçamento, implicando redução de bolsas dos cursos de graduação e de pós-graduação – inclusive de pesquisas relacionadas à pandemia –, de financiamento de projetos de extensão e de apoio estudantil, bem como demissão de terceirizados, dentre outros.

A concepção depreciativa da universidade parece alcançar eco em parcela significativa da população, dado seu apelo emocional, colocando em xeque seu papel social – e também o econômico –, especialmente facilitada, a nosso ver, devido à dificuldade da própria instituição de contrapor ampla e publicamente sua importância e papel com dados e evidências, tanto na mídia convencional quanto nas redes sociais e mídias alternativas, diante da avalanche de *fake news* difundidas nos últimos anos. É neste sentido que se pode considerar que,

se por um lado o negacionismo não se confunde com, nem se reduz ao mero obscurantismo ou à ignorância, por outro lado, ele pode levar à adoção de comportamentos perigosos para a vida humana e para a garantia das condições de vida no planeta. Não pode haver negacionismo sem a reprodução social massiva de teses negacionistas, as quais são rapidamente transformadas em opiniões negacionistas, de caráter imediatamente acessível e de forte apelo emocional. Ao longo do seu processo de difusão social massificada, as teses negacionistas perdem qualquer referência ao fazer científico e seus métodos, pois o que importa é a politização grosseira e enviesada da ciência e dos cientistas (Duarte, César, 2021, pp. 10-11).

As implicações futuras do negacionismo na educação são diversas, podendo-se destacar, dentre outras, a recomposição orçamentária e a desconstrução da falsa imagem disseminada. No entanto, não se trata de uma volta a um passado romantizado e idílico. Ao contrário, a universidade terá de ser repensada dentro de um enquadramento civilizatório que também necessita ser construído, talvez sobre novas bases. Evidentemente, a recomposição orçamentária é um imperativo,

¹⁹ *Bots* ou *robots* são programas que executam tarefas automatizadas, repetitivas e pré-definidas, disparos automáticos de mensagens pelas redes sociais, por exemplo.

na medida que em que a instituição possui despesas e investimentos para sua manutenção, sobrevivência e cumprimento, portanto, de sua *função social civilizatória*, para usar uma expressão de Leher (2018).

Como se pode perceber, a depreciação da universidade por meio de uma narrativa negacionista capitaneada pelo próprio governo federal consiste numa estratégia deliberada com o intuito de difundir um tipo de pensamento único e de alcançar interesses hegemônicos de cariz neoliberal.

5. Considerações finais

Desde sua criação, a universidade se vê sob suspeita, num contexto de disputas políticas e de incerteza quanto à real necessidade de sua existência, em função da resistência histórica desde a fase colonial até os republicanos positivistas. Ao mesmo tempo, é praticamente inimaginável se conceber uma sociedade sem sua presença e atuação, na medida em que realiza a geração, reprodução e avanço do conhecimento e dos saberes. Daí a necessidade da reflexão acerca dessa instituição, dado seu caráter fundamental para o desenvolvimento da sociedade.

Para além da crítica e dos questionamentos a que uma instituição está sujeita, o que de certa forma pode surpreender é o fato de que a crítica – ou ataque – é oriunda do próprio governo federal sem uma real fundamentação ou sustentação em fatos e dados, constituindo-se meramente de um discurso ideológico que constrói uma imagem depreciativa, destrutiva e falsa, apoiada numa espécie de negacionismo científico. É possível argumentar que a situação atual é passageira, dada a configuração política do país. No entanto, a história demonstra que o Brasil convive ou oscila, desde a fase colonial, entre períodos autoritários e democráticos, e, ao que tudo indica, com ampla prevalência dos primeiros.

De todo modo, para além desse ou daquele governo, o foco das políticas na dimensão econômica e na sua lógica empresarial subjacente constituinte tem colocado a universidade diante de inúmeros desafios, sob alegação da necessidade de desenvolvimento e de sua própria modernização. Sem dúvida, a universidade, como qualquer outra instituição, deve acompanhar ou ir além de seu tempo, não permanecendo refém de um passado romantizado. Do ponto de vista constitucional, a universidade possui autonomia para se governar, o que lhe confere possibilidades de atuação diferenciada e de vanguarda, animada pela liberdade de pensamento e reflexão crítica. Ainda que na prática sua autonomia seja mais ilusória do que real, é fato que, quando a universidade faz uso dessa liberdade, quando ela «incomoda», é que ela sofre os ataques de determinados grupos, especialmente daqueles que estão em posição de decisão estratégica, como os governos, e percebem na crítica uma ameaça a determinados interesses.

Enquanto instituição, a universidade se reveste da maior importância, não apenas por formar profissionais em praticamente todos os campos de saber, mas por ser constituída e formadora de sujeitos pensantes, cuja capacidade intelectual pode e deve ser desenvolvida de modo a contribuir para a compreensão da realidade e do enfrentamento de seus problemas e necessidades. Se a universidade se submete – a despeito de sua autonomia – a sistemas que a impedem de realizar sua missão institucional legalmente instituída, acaba por se transformar no que

Safatle (2020) chama de «guetos de luxo», ou seja, «um misto de agências de viagens para colóquios internacionais e consumo de produtos globais com espaço para publicação especializada [...]», «perdendo relevância como referências para a reflexão da sociedade sobre si mesma», atuando como se fossem «universidades corporativas» a serviço de grupos empresariais (Ésther, 2017).

No contexto de pandemia e de negacionismo, a universidade voltou a estar sob suspeita. Reiteramos junto com Safatle (2020) que a «única possibilidade de sobrevivência da universidade passa por nossa capacidade de recuperar a força de mobilização e influência [...], de desenvolver uma força emancipatória de tal desejo». O desafio é hercúleo.

6. Referências

- Alliez, E., & Lazzarato, M. (2021). *Guerras e capital*. São Paulo: Ubu Editora.
- Almeida-Filho, N., & Souza, L. E. Uma utopia para a universidade brasileira. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 28(105), pp. 1-22, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14507/epaa.28.5525>.
- Almeida, R., & Toniol, R. A. (Org.) (2018). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos*. Campinas: Editora Unicamp.
- Antunes, R., & Pinto, G. A. (2017). *A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista* (Coleção Questões da nossa época, n. 58). São Paulo: Cortez.
- Arendt, H. (2006). *Entre o passado e o futuro: oito exercícios sobre o pensamento político*. Relógio D'Água Editores.
- Caldeira Neto, O. (2009). Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história. *Antíteses*, 2(4), pp. 1097-1123. Recuperado el 19 maio 2020, de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/2507/4026>
- Calderón, A. I., Pedro, R. F., & Vargas, M. C. (2011). Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. *Interface*, 15(39), pp. 1185-98. Recuperado el 10 jul. 2018, de <https://www.scielo.br/pdf/icse/v15n39/a17v15n39.pdf>.
- Chauí, M. (2007). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez.
- Chauí, M. (2001). *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Unesp.
- Chauí, M. (2018). *Em defesa da educação pública, gratuita e democrática* (Coleção Escritos de Marilena Chauí, volume 6). Belo Horizonte: Autêntica.
- Danowski, D. (2018). *Negacionismos*. São Paulo: n-1 Edições.

- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Derrida, J. (1999). *O olho da universidade*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Derrida, J. (1996). História da mentira: prolegômenos. *Estud. av.*, São Paulo, 10(27), pp. 7-39. Recuperado el 5 maio 2020, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141996000200002&lng=en&nrm=iso
- Dias, M. A. R. (2017). *Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da Reforma de Córdoba*. Montevideo: Asociación de Universidades Grupo Montevideo.
- Elias, N. (2008). *Introdução à sociologia*. Liboa: Edições 70.
- Ésther, A. B. (2017). A universidade como universidade corporativa global? O caso da formação em Administração. *GIGAPP Estudos Working Papers*, (64), pp. 162-178. Recuperado el 22 abr. 2017, de <http://www.gigapp.org/ewp/index.php/GIGAPP-EWP/article/view/49>
- Fávero, M. L. A. (1991). *Da universidade “modernizada” à disciplinada: Atcon e Meira Mattos*. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- Feitosa, C. (19 julho 2017). Pós-verdade e política. *Revista Cult*. Recuperado el 22 maio 2020, de <https://revistacult.uol.com.br/home/pos-verdade-e-politica/>
- Fernandes, F. (2020). *Universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, [1968].
- Giolo, J. (2020). *O Future-se sem futuro*. In Giolo, J., Leher, R., & Sguissardi, V. *Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Paulo: Diagrama Editorial.
- Ibarra Colado, E. (2005). Origen de la empresarización de la universidad: el pasado de la gestión de los negocios en el presente del manejo de la universidad. *Revista de Educación Superior*, XXXIV(134), pp. 13-37.
- Krein, J. D. (2018). O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo soc.*, São Paulo, 30(1), pp. 77-104. Recuperado el 03 ago. 2018, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702018000100077&lng=pt&nrm=iso DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2018.138082>.
- Leher, R. (2018). *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequencia.
- Leher, R. (2019). *Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública*. São Paulo: Expressão Popular.

- Leher, R. (2020). Guerra cultural e universidade pública: o Future-se é parte da estratégia de silenciamento. In Giolo, J., Leher, R., & Sguissardi, V. *Future-se: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado*. São Paulo: Diagrama Editorial.
- Marginson, S., & Ordorika, I. (2010). *Hegemonía en la era del conocimiento: competencia global en la educación superior y la investigación científica*. México: Universidad Autónoma de México.
- Mascaro, A. L. (2015). Crise brasileira e direito. *Margem Esquerda*, (25), pp. 66-91.
- Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nunes, R. (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu.
- Ordorika, I. (2006). Educación superior y globalización; las universidades públicas frente a una nueva hegemonía. *Andamios*, 3(5), pp. 31-47.
- Rhoades, G., & Slaughter, S. (2004). Academic capitalism in the new economy: challenges and choices. *American Academic*, 1(1), pp. 37-59.
- Rocha, J. C. C. (2021). *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos.
- Safatle, V. (06 setembro 2020). O que resta da universidade? *Revista Cult*. Recuperado el 17 jul. 2020, de <https://revistacult.uol.com.br/home/vladimir-safatle-o-que-resta-da-universidade/>
- Safatle, V. (2018). *Só mais um esforço*. São Paulo: Três Estrelas.
- Santos, M. (2008). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (15 ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Silva, F. C. T. (2019). Corpo e negacionismo: a novílingua do fascismo na Nova República, Brasil 2013/2019. *Locus Revista de História*, 25(2), pp. 307-332. Recuperado el 15 maio 2020, de <https://periodicos.ufff.br/index.php/locus/article/view/28162>
- Sinhoretto, J. (2021). Liberdade acadêmica ameaçada: a ascensão da ultradireita no Brasil. In Lima, I. R. S., & Oliveira, R. C. *A demolição da construção democrática da educação no Brasil sombrio*. Porto Alegre: Zouk.
- Torgal, L. R., & Ésther, A. B. (2014). *Que universidade? Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil*. Juiz de Fora/Coimbra: EDUFJF/IU.
- Vidal-Naquet, P. (1988). *Os assassinos da memória: um Eichmann de papel e outros ensaios sobre o revisionismo*. Campinas: Papyrus.